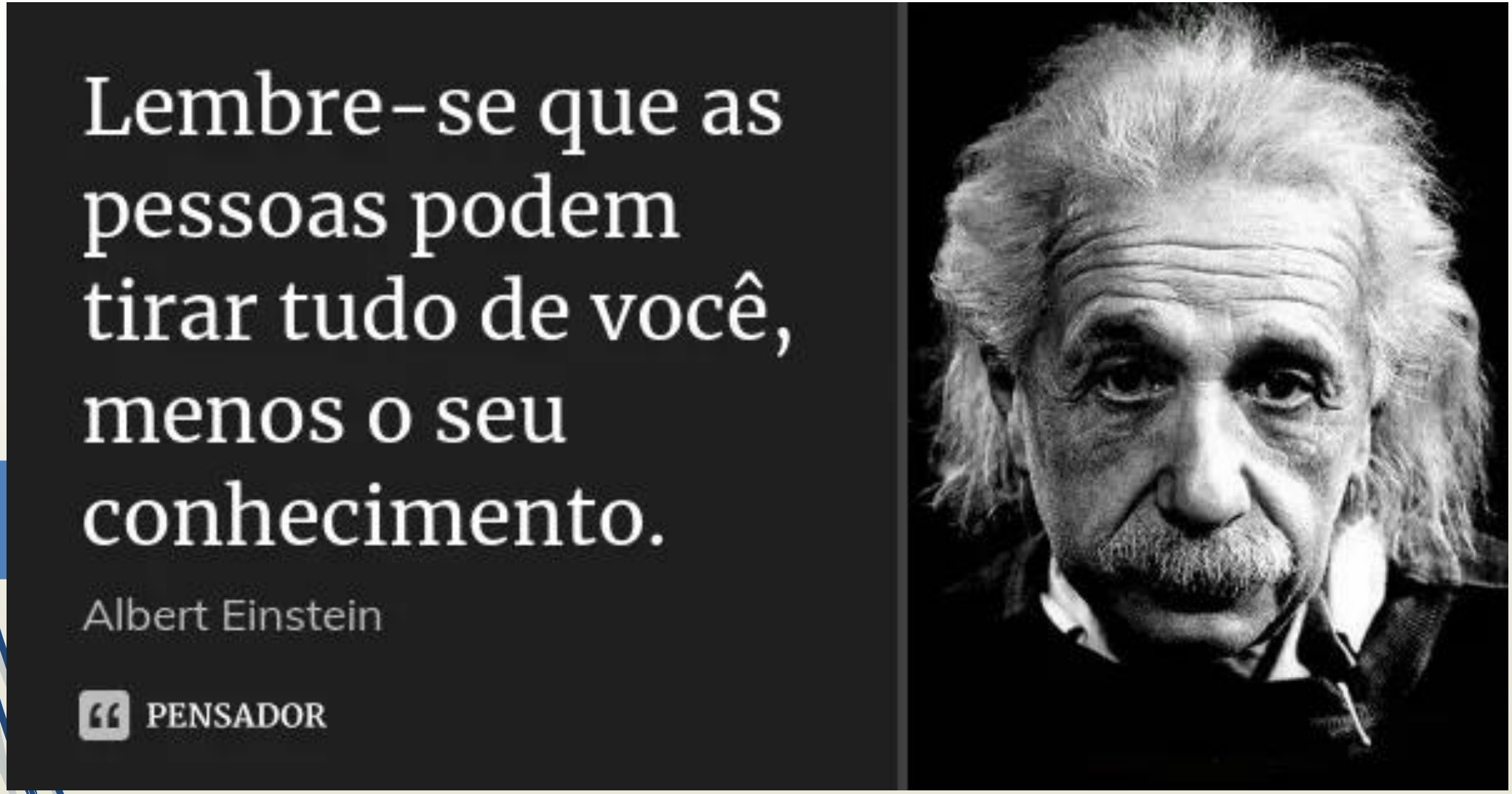
# DIREITO CIVIL

## 10. REVISÃO

2,46 milhões

Qual o seu objetivo?

# DIREITO CIVIL



Posto isso, ao ver deste Juízo, está presente a prejudicial de mérito constante da **DECADÊNCIA**. Explico.

Estamos diante de uma ação de indenização por danos materiais e morais decorrente de alegados vícios ocultos (vícios redibitórios) em veículo automotor adquirido pelo Promovente.

O cerne da questão prejudicial de mérito reside em definir se o direito do Autor de reclamar por estes vícios foi fulminado pela decadência, nos termos do art. 445 do Código Civil.

O referido dispositivo legal estabelece os prazos para o adquirente enjeitar a coisa ou reclamar abatimento no preço, distinguindo entre bens móveis e imóveis, e entre vícios aparentes e ocultos.

No caso de vícios ocultos (aqueles que "só puderem ser conhecido mais tarde"), o §1º do art. 445 do Código Civil estabelece regras claras. A interpretação consolidada deste dispositivo é a de que o adquirente possui o prazo do caput (30 dias para bens móveis) para exercer seu direito, contados da ciência do defeito, desde que este defeito tenha se revelado no prazo máximo de 180 dias da aquisição, em se tratando de bem móvel.

# Gabarito D

Sergio sofreu acidente de trânsito quando tinha sete anos de idade. Ao atingir a maioridade civil, ajuizou ação contra o causador do dano. Este, em contestação, alegou prescrição, a qual:

**A** ocorreu, porque o prazo prescricional, de cinco anos, já se ultimou.
**B** não ocorreu, porque o prazo prescricional, de três anos, não correu enquanto Sérgio era menor de idade.
**C** ocorreu, porque o prazo prescricional, de três anos, já se ultimou.
**D** não ocorreu, porque o prazo prescricional, de três anos, não correu enquanto Sérgio era absolutamente incapaz.

# Condição, encargo e termo

A respeito dos elementos acidentais do negócio jurídico, assinale a opção correta.

# QUESTÃO 1 ERRADA

Maria celebrou contrato de doação de bem imóvel a João. Na negociação, ficou estipulado que a transferência do bem somente se aperfeiçoará quando da morte da doadora. Assertiva: Nessa situação, o evento morte funciona como condição.

Pois a morte é uma certeza, e uma das características da condição é a incerteza. Deste modo, a morte, fato certo, não pode ser condição, será termo.

# QUESTÃO 2 ERRADA

O encargo é elemento acidental característico dos negócios jurídicos que envolvam liberalidade. Em caso de inexecução do encargo pelo beneficiado, não há previsão de mecanismos de coerção direta ou indireta por parte do disponente.

A liberalidade poderá ser revogada. Segundo Venosa1: "*O fato é que ninguém é obrigado a aceitar liberalidade.* ***Se o faz, sabendo ser gravada com encargo, fica sujeito ao seu cumprimento***".

# QUESTÃO 3 ERRADA

O termo não essencial é aquele que não admite o cumprimento do objeto do negócio jurídico após o seu vencimento.

Na verdade, é ao contrário, o termo essencial é aquele em que o efeito pretendido deve ocorrer em momento certo, pois, se ocorrer em momento posterior, não terá mais valor.

# QUESTÃO 4 CERTO

Denomina-se condição a cláusula acessória pela qual as partes subordinam a eficácia do negócio a acontecimento futuro e incerto.

De acordo com art. 121 do CC/2002:

*Art. 121. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes,* ***subordina o efeito do negócio jurídico*** *a* ***evento futuro e incerto***.

# QUESTÃO 5 ERRADA

Em caso de nulidade do negócio jurídico, a condição voluntariamente declarada pelas partes não será alcançada, permanecendo válida.

a condição é o evento futuro e incerto de que depende a eficácia do negócio jurídico.

# QUESTÃO 6 ERRADA

Os negócios jurídicos eivados pelo dolo são nulos.

De acordo com o art. 171, inciso II do CC/2002:

*Art. 171. **Além dos casos expressamente declarados na lei**, é **anulável** o negócio jurídico:*

*I – por incapacidade relativa do agente;*

*II – por **vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores***

# QUESTÃO 7 CERTA

Na lesão, os valores vigentes no momento da celebração do negócio jurídico deverão servir como parâmetro para se aferir a proporcionalidade das prestações.

Segundo § 1º do art. 157 do CC/2002:

*Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa,* ***sob premente necessidade****,* ***ou por inexperiência****, se obriga a prestação manifestadamente desproporcional ao valor da prestação oposta.*

*§1º.* ***Aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico****.*

# QUESTÃO 8 ERRADA

Se em um negócio jurídico, ambas as partes agem com dolo, ainda assim podem invocar o dolo da outra parte para pleitear a anulação da avença.

De acordo com o art. 150 do CC/2002:

*Art. 150. Se ambas as partes agirem com dolo,* ***nenhuma poderá alegá-lo*** *para anular o negócio,* ***ou*** *reclamar indenização.*

Acerca de prescrição e decadência no direito civil, assinale a opção correta.

PRESCRIÇÃO

DECADÊNCIA

# QUESTÃO 9 ERRADA

A prescrição não pode ser arguida em grau recursal.

*Art. 193. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.*

# QUESTÃO 10 CERTA

Para o reconhecimento da fraude contra credores é necessário propor a ação pauliana.

# QUESTÃO 11 ERRADA

a ação por fraude contra credores poderá ser intentada contra o devedor insolvente, mas não contra a pessoa que com ele celebrou a estipulação considerada fraudulenta.

Art. 161. A ação, nos casos dos arts. 158 e 159, poderá ser intentada contra o devedor insolvente, a pessoa que com ele celebrou a estipulação considerada fraudulenta, ou terceiros adquirentes que hajam procedido de má-fé.

# QUESTÃO 12 ERRADA

Desde que haja consenso entre os envolvidos, é possível a renúncia prévia da decadência determinada por lei.

*Art. 209. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.*

# QUESTÃO 13 CERTA

A prescrição não corre na pendência de condição suspensiva.

*Art. 199.* ***Não corre igualmente a prescrição****:*
*I -* ***pendendo condição suspensiva****;*
*II - não estando vencido o prazo;*
*III - pendendo ação de evicção.*

# QUESTÃO 14 CERTA

Ao celebrarem negócio jurídico, as partes, em livre manifestação de vontade, não podem alterar a prescrição prevista em lei.

*Art. 192. Os* ***prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.***

# QUESTÃO 15 ERRADA

É válida a renúncia da prescrição, desde que determinada expressamente antes da sua consumação.

*Art. 191. A **renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita**, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.*

# QUESTÃO 16

Marcela, que contraiu mútuo com seu namorado, Getúlio, pretende alienar o bem, com propósito da quitação da dívida. Com o desgaste da convivência, Getúlio visava à extinção do relacionamento, mas, antes, pretendia receber o valor do empréstimo.

Diante disso, agindo com má-fé, ele convenceu Luciana, sua amiga de trabalho, a comprar o bem. Para tanto, valorizou o imóvel, escondendo impropriedades como infiltrações e avarias. Registra-se que a aquisição do bem só ocorre devido à conduta de Getúlio.

- a)O negócio jurídico deve ser anulado em virtude do erro acidental praticado por Luciana.

- b) A má-fé de Getúlio não é capaz de anular o negócio jurídico, visto ser um terceiro no contrato de compra e venda.

- c)A atitude de Getúlio caracteriza-se como dolo de terceiro, sendo que a anulação do negócio jurídico só ocorrerá se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento.

d) O negócio jurídico narrado deve ser anulado em virtude do estado de perigo.

e) A simulação praticada por Getúlio conduzirá à anulação do negócio jurídico, que poderá ser convalidado por Luciana.

# QUESTÃO 17

Sociedade Divino Ltda. celebrou contrato com André e Bernardo, sócios de Gala Restaurante Ltda. pelo qual se comprometeu a, dali a um ano, adquirir todas as cotas sociais daquele restaurante, desde que nenhum restaurante do mesmo gênero alimentício fosse inaugurado no complexo empresarial onde o Gala funciona nesse período.

Dali a dois meses, contudo, os sócios da Sociedade Divino se arrependeram do negócio celebrado, não desejando mais adquirir o Gala Restaurante, por terem encontrado oportunidade muito mais lucrativa.

Por isso, pouco antes do final do prazo, os sócios da Sociedade Divino abriram um pequeno restaurante do mesmo gênero alimentício, no próprio complexo empresarial do Gala, inviabilizando, assim, a compra do restaurante.

# QUESTÃO 18

Diante disso, é possível afirmar que a condição presente no caso deve ser considerada

- A) anulável
- B) inexistente.
- C) nula.
- D) verificada.
- E) pendente.

A condição deve ser considerada verificada, porque a abertura de um restaurante do mesmo gênero alimentício pelos promitentes compradores, no mesmo complexo empresarial, descumpre a condição estabelecida para não realizar a compra, violando princípios de boa-fé.

Art. 129. Reputa-se verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer, considerando-se, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento.